O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram Licença Ambiental. Informa que foram apresentados EIA/RIMA, e que os estudos ambientais se encontram à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consultaaudiencia, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental Central Metropolitana.

*Licença de Operação Corretiva (LAC1): 1) Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S.A., atividades ou empreendimentos não listados ou não enquadrados em outros códigos, com supressão de vegetação primária ou secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, em estágios médio e/ou avançado de regeneração, sujeita a EIA/Rima nos termos da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, exceto árvores isoladas (pirita, minério de ouro, minério de prata), ANM/Nº 931.006/2022, Sabará e Caeté/MG, Processo nº 59080/2026, classe 2. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado. Processo SEI/Nº 2100.01.0040279/2025-31. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (2,6292 ha). Intervenção em área de preservação permanente - APP - com supressão de cobertura vegetal nativa (0,7104 ha). Intervenção em área de preservação permanente - APP - sem supressão de cobertura vegetal nativa (0,2106 ha).

O Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam torna públicas as DECISÕES deliberadas na 65ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana, realizada remotamente, via videoconferência com transmissão ao vivo pelo endereço virtual: https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w, no dia 04 de novembro de 2026, às 9h, a saber: 5. Exame da Ata da 64ª RO de 07/10/2026. APROVADA. 6. IDE-Sisema: Novas funcionalidades e aplicações da versão 3.0. Apresentação: Diretoria de Estratégias em Geotecnologias e Informação Geográfica (DGEO) da Semad. APRESENTADO. 7. Proposta de Agenda das Reuniões da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana do Copam, para o ano de 2027. Apresentação: URA CM. APROVADA.

(a) Mateus Romão Oliveira
Presidente Suplente da Unidade Regional
Colegiada Central Metropolitana.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:
1) MILLS Pesados Locação, Serviços e Logística S.A., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Belo Horizonte/MG, Processo nº 58807/2026.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental Central Metropolitana.

04 2276680 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que foram concedidas as Licenças Ambientais abaixo identificadas:
- Licença Ambiental Concomitante - LAC 1 (LOC): 1) Geotron - Importação e Exportação Ltda., Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, São Geraldo do Baixio/MG, PA/Nº 52897/2025, classe 3. Informa ainda que foi expedida a Autorização para Intervenção Ambiental SEI nº 2090.01.0009456/2025-54 para Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo; Intervenção com supressão de vegetação nativa, em APP (Área total autorizada: 2,2740 ha). Validade: a mesma da licença. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Validade: 04/11/2032.
- Licença Ambiental Simplificada - LAS RAS: 1) Abiner Prado, Lavra subterrânea pegmatitos e gemas, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Conselheiro Pena/MG, PA/Nº 45933/2026, classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Validade: 04/11/2036.

(a) Ligia França de Paula.
Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental Leste de Minas.

04 2276802 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de "MG" no dia 29/10/2026 – pág. 14)
A Diretora de Gestão Regional torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:
Onde se lê:
"1. Licença Ambiental Concomitante – LAC1 (LP+LI+LO), ARB Minerações Eireli, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Diamantina/MG, PA nº 2196/2025, Classe 3 . Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA Nº 2090 .01 .0001336/2025-74. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 23/10/2036."
Leia-se:
"1. Licença Ambiental Concomitante – LAC1 (LP+LI+LO), ARB Minerações Eireli, Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, Diamantina/MG, PA nº 2196/2025, Classe 3. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA Nº 2090 .01 .0001336/2025-74. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 23/10/2036."
(...)
ATENÇÃO: as demais informações permanecem inalteradas.
O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:
1) Casa do Fazendeiro de Diamantina Comércio e Indústria LTDA, Formulação industrial de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais, inclusive moagem de grãos, com finalidade comercial, Diamantina/MG, PA nº 58112/2026.

(a)Wesley Alexandre de Paula.
Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental Jequitinhonha.

04 2276760 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Ana Luísa Silva Falcão

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA
INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Centro Oeste do IEF, torna público que o(s) requerente(s) abaixo identificado(s) solicitou(ram) Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - AIA, conforme o(s) processo(s) abaixo identificado(s):
EMBRAURB – EMPRESA BRASILEIRA DE URBANIZAÇÃO CNPJ21.175.203/0001-99 Aproveitamento de material lenhoso SEI 2100.01.0039306/2026-12 Em 09/10/2026.
HEBER GOMES DOS SANTOS CPF ***502.461** Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas SEI 2100.01.0035470/2026-85 Em 13/10/2026.
URBANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA CNPJ 41.638.614/0001-80 Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo de solo. SEI 2100.01.0039591/2026-77 Em 13/10/2026.
ANDERSON JOSÉ MEDEIROS CPF ***045.956** Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas SEI 2100.01.0035089/2026-90 Em 15/10/2026.
MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE LTDA CNPJ 28.917.748/0013-06 Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas e Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo de solo. SEI 2100.01.0051598/2025-65 Em 27/10/2026.
NILTON CARLOS PINTO CPF ***764.706** Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo de solo. SEI 2100.01.0039697/2026-28 Em 27/10/2026.
HELENA VALADARES DE VASCONCELOS CPF ***218.266** Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas e Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo de solo. SEI 2100.01.0042001/2026-94. Em 28/10/2026.
JAIME GONÇALVES BARREIRO CPF ***979.486** Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas e Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo de solo e Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente- APP Em 29/10/2026.

(a) Luciana Fatima de Rezende Oliveira
Supervisor Regional URFBio Centro Oeste

04 2276772 - 1

CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA
INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Triângulo do IEF torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental, conforme processo abaixo identificado:
*Vacilânia Furlanetto Pereira/ Fazenda Primavera – CPF ***.026.256-**, Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, Uberlândia/MG, Processo Nº 2100.01.0013071/2026-63, em área autorizada de 6,7136 (ha). Validade: Coincidente com a validade da licença ambiental, contado da data da concessão da LAS.

(a) Carlos Luiz Mamede
O Supervisor Regional URFBIO Triângulo.

04 2276549 - 1

RETIFICAÇÃO COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA DE DÉBITO – REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA

Retificação a publicação de 30/10/2026 pág.11 Caderno 01. Referente nome da unidade. Onde se lê: "O Supervisor Regional da URFBio Noroeste do IEF,", leia-se: "O Supervisor Regional da URFBio Centro Norte do IEF,".

(a)Karla Filizzola Andrade Viana.
A Supervisora Regional da URFBio Centro Norte.

04 2276269 - 1

PORTARIA IEF Nº 88, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2026.

Estabelece diretrizes para o controle do transporte,armazenamento, consumo e uso de carvão vegetalde espécies exóticas no Estado de Minas Gerais.
A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-IEF, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 47.749, de 11 de novembro de 2019,
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º – Fica instituída a Guia de Transporte de Carvão – GTC como documento obrigatório para o controle do transporte do carvão vegetal de espécies exóticas, no Estado de Minas Gerais.
Parágrafo único – A GTC conterá as informações sobre a procedência do material e será gerada pelo sistema de informação, disponibilizado pelo IEF no Portal de Serviços do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – Portal Ecosistemas.
Art. 2º – A GTC será identificada pelo código de controle gerado automaticamente pelo sistema.
Art. 3º – A GTC será emitida com base nas informações constantes dos documentos de natureza declaratória ou de regularização inseridos no sistema de informação disponibilizado pelo IEF no Portal Ecosistemas.
§ 1º – A inserção e a disponibilização dos documentos de que trata o caput são de responsabilidade do empreendedor ou de seu representante legal.
§ 2º – A GTC poderá, ainda, ser emitida com fundamento nos seguintes documentos, nos casos de destinação final do carvão:
I – documento de doação, emitido pelo órgão ambiental competente;
II – ordem judicial;
III – Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público.
Art. 4º – Nas GTCs emitidas com base em saldo volumétrico proveniente de Declaração de Colheita de Florestas Plantadas e Produção de Carvão - DCF, constarão, adicionalmente, as seguintes informações:
I – número da DCF;
II – identificação da área de plantio de origem;
III – coordenadas geográficas de latitude e longitude do local de origem.
Parágrafo único – As informações previstas no caput serão vinculadas ao respectivo saldo volumétrico e estarão disponíveis para consulta pelos órgãos de fiscalização ambiental durante toda a cadeia de rastreabilidade do carvão vegetal.
Art. 5º – Esta Portaria não se aplica ao transporte, armazenamento e consumo de produtos e subprodutos florestais diversos do carvão vegetal de espécie exótica, observado o seguinte:
I – os produtos florestais in natura de floresta plantada com espécies exóticas são dispensados de documento de controle ambiental, nos termos do art. 106, inciso I, do Decreto nº 47.749, de 11 de novembro de 2019;
II – os produtos e subprodutos florestais de espécie nativa permanecem sujeitos ao sistema federal de rastreabilidade florestal, nos termos da Instrução Normativa Ibama nº 21, de 24 de dezembro de 2014.
CAPÍTULO II
DO CADASTRO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA
Art. 6º – O cadastro de identificação deverá ser realizado, por pessoa física ou jurídica, no sistema Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas – CADU –, disponibilizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, no Portal Ecosistemas, preenchendo as informações e anexando os documentos obrigatórios:
I – para as pessoas físicas:
a) documento de identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
II – para as pessoas jurídicas:
a) estatuto ou contrato social da empresa e sua última alteração, ou documento equivalente apto a comprovar a constituição da empresa, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg; ou
b) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.
Art. 7º – O representante da pessoa física ou jurídica também deverá realizar o cadastro de identificação, anexando os documentos dispostos no inciso I do art. 6º.
Parágrafo único – É necessária a vinculação entre os cadastros do representante e do representado no sistema de informação, anexando a procuração expedida pelo representado.
Art. 8º – O usuário do sistema de informação é integral e exclusivamente responsável pela veracidade, exatidão e integridade de todas as informações inseridas, declaradas ou transmitidas por meio de seu acesso, independentemente de quem tenha realizado materialmente o lançamento.
§ 1º – O acesso ao sistema de informação é pessoal e intransferível, sendo vedado o compartilhamento de credenciais de acesso entre usuários distintos, ainda que pertencentes à mesma pessoa jurídica.
§ 2º – Os registros gerados pelo sistema de informação a partir das informações inseridas pelo usuário têm presunção de veracidade, cabendo ao responsável pelo cadastro o ônus de comprovar eventual incorreção.
§ 3º – A inserção de informações falsas, incompletas ou enganosas no sistema de informação sujeitará o responsável às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo do cancelamento do cadastro e da suspensão do acesso ao sistema de informação.
CAPÍTULO III
DA EMISSÃO DA GTC
Art. 9º – A GTC deverá ser emitida previamente ao início do transporte e acompanhará o carvão vegetal durante todo o percurso, desde a origem até o destino nela indicado.
§ 1º – O preenchimento da GTC deverá refletir, de forma fidedigna, a operação realizada, sendo obrigatória a estrita conformidade entre as informações declaradas no sistema de informação, àquelas constantes na nota fiscal e na carga efetivamente transportada.
§ 2º – A GTC destina-se exclusivamente a acobertar o transporte do carvão vegetal nela especificado, sendo vedada sua utilização para finalidade diversa ou para acobertar carga distinta da declarada, não cabendo sua reutilização.
§ 3º – Para cada operação acobertada por nota fiscal deverá ser emitida uma única GTC, vedada a vinculação de múltiplas notas fiscais a uma única guia.
§ 4º – Será admitido o transporte de carvão vegetal acobertado por mais de uma GTC em uma mesma unidade de transporte, desde que:
I – cada GTC esteja devidamente vinculada à respectiva nota fiscal;
II – o somatório dos volumes declarados corresponda, de forma integral, à carga efetivamente transportada;
III – cada GTC corresponda a uma parcela distinta da carga transportada, sendo vedada a utilização concomitante de múltiplas GTCs para acobertar o mesmo saldo volumétrico.
Art. 10 – A emissão da GTC fica condicionada à existência de saldo volumétrico disponível no sistema de informação, devidamente lastreado por documento de origem regular.
Art. 11 – Para os fins desta norma, considera-se GTC Direta o documento emitido para acobertar o transporte de carvão vegetal quando o destinatário não estiver obrigado a realizar o controle do produto em sistema de informação oficial de rastreabilidade, incluindo as operações destinadas a consumo final, a outras unidades da Federação ou à exportação.
§ 1º – A GTC Direta deverá ser obrigatoriamente utilizada nas seguintes hipóteses:
I – quando o carvão vegetal for destinado a outra unidade da Federação;
II – quando o carvão vegetal for destinado ao exterior.
§ 2º – Para os fins desta Portaria, considera-se consumidor final aquele que adquire o carvão vegetal para consumo próprio, sem finalidade de revenda, comercialização, utilização como insumo em processo produtivo de bens ou serviços ou emprego em atividade industrial. Não se enquadram nessa condição os adquirentes que utilizem o carvão vegetal em processos produtivos, na prestação de serviços ou em atividades industriais, ainda que o produto seja integralmente consumido em sua operação.
§ 3º – Nos casos de emissão de GTC Direta, o saldo será baixado exclusivamente na origem, não sendo gerado crédito ou saldo para o destinatário.
§ 4º – Nas operações interestaduais e de exportação, a GTC Direta será utilizada independentemente do enquadramento do destinatário.
§ 5º – A responsabilidade pela veracidade das informações e pela regularidade da origem do carvão vegetal permanece integralmente com o emitente da GTC Direta.
Art. 12 – A GTC terá sua validade calculada automaticamente pelo sistema de informação, com base na distância informada, observando-se o seguinte:
I – para distâncias de até 100 km, a validade será de 1 (um) dia corrido;
II – para distâncias superiores a 100 km, a validade será de 3 (três) dias corridos.
CAPÍTULO IV
DO CANCELAMENTO E SUSPENSÃO
Art. 13 – O cancelamento da GTC poderá ser realizado pelo empreendedor ou seu representante legal no sistema de informação, desde que ocorra antes do início do transporte.
Parágrafo único – O cancelamento da GTC implicará o retorno automático, à origem, do saldo volumétrico reservado para sua emissão.
Art. 14 – A GTC poderá ser suspensa temporariamente nos casos de ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeçam a conclusão do transporte dentro do prazo de validade originalmente estabelecido, hipótese em que ficará interrompida sua contagem até a cessação do impedimento, sem prejuízo de posterior reativação.
§ 1º – Considera-se suspensão temporária a interrupção excepcional da validade da GTC, sem seu cancelamento ou inutilização, aplicável exclusivamente quando comprovado que o impedimento decorreu de fato imprevisível, inevitável e alheio à vontade do interessado, ocorrido após o início regular da operação de transporte.
§ 2º – O interessado deverá comunicar o fato ao órgão ambiental competente antes do vencimento da GTC, mediante registro no sistema de informação disponibilizado pelo IEF no Portal Ecosistemas, acompanhado de justificativa formal e de boletim de ocorrência, documento emitido por autoridade competente ou outro meio idôneo de prova apto a demonstrar o motivo alegado.
§ 3º – Durante o período de suspensão temporária:
I – serão suspensos os saldos volumétricos vinculados à operação;
II – ficará vedada a utilização da GTC para acobertar qualquer outro transporte;
III – não será computado, para fins de contagem do prazo de validade, o período em que a GTC permanecer suspensa; e
IV – serão preservadas as informações essenciais da operação originalmente declarada.
§ 4º – Após a cessação do impedimento, a reativação da GTC poderá ser requerida pelo emitente ou por seu representante legal, por meio do sistema de informação disponibilizado pelo IEF no Portal Ecosistemas, mediante apresentação de justificativa formal e comprovação da manutenção da regularidade da documentação fiscal correspondente à operação.
§ 5º – Deferida a solicitação de reativação da GTC, o órgão ambiental competente poderá promover, no sistema de informação disponibilizado pelo IEF no Portal Ecosistemas, quando necessário, a atualização das seguintes informações:
I – motorista responsável pelo transporte;
II – transportador previamente cadastrado, regularmente habilitado e vinculado ao solicitante do transporte;
III – veículo(s) cadastrado(s);
IV – percurso a ser realizado, desde que a alteração seja devidamente justificada; e
V – prazo de validade remanescente da GTC.
§ 6º – As alterações previstas nos incisos I, II e III do § 5º serão realizadas pelo órgão ambiental competente, mediante análise da solicitação de reativação e desde que os respectivos motoristas, transportadores e veículos estejam regularmente cadastrados e habilitados no sistema de informação.
§ 7º – A substituição do transportador prevista no inciso II do § 5º somente será admitida quando o novo transportador estiver previamente vinculado ao solicitante do transporte e regularmente habilitado no sistema, devendo o transportador originalmente vinculado à operação ser notificado eletronicamente após a efetivação da substituição, dispensada sua anuência.
§ 8º – A alteração do percurso prevista no inciso IV do § 5º dependerá de justificativa expressa e ficará sujeita à análise do órgão ambiental competente quando implicar modificação substancial do trajeto originalmente declarado ou quando identificada situação de risco ou inconsistência nos registros do sistema de informação.
§ 9º – Permanecem inalteradas, sendo vedada sua modificação para fins de reativação da GTC, as seguintes informações:
I – a origem da carga;
II – o destinatário;
III – a modalidade da GTC;
IV – o volume do produto transportado.
§ 10 – A GTC suspensa não será passível de reativação quando constatada a necessidade de alteração de qualquer das informações previstas no § 9º ou o descumprimento das disposições deste artigo, hipótese em que deverá ser submetida ao procedimento de inutilização administrativa previsto nesta Portaria.
§ 11 – A reativação da GTC somente será admitida enquanto permanecer válida a documentação fiscal vinculada à operação e desde que não sejam constatados indícios de fraude, desvio de carga, alteração substancial da operação originalmente declarada ou quaisquer outras circunstâncias que comprometam a regularidade do transporte.
§ 12 – Todas as suspensões temporárias, reativações e alterações realizadas nos termos deste artigo serão registradas em log eletrônico no sistema de informação disponibilizado pelo IEF no Portal Ecosistemas, contendo, no mínimo, a identificação do usuário responsável pela solicitação, a data e hora das operações, os dados originalmente declarados e as respectivas alterações, para fins de auditoria, rastreabilidade, controle e fiscalização.
§ 13 – O órgão ambiental competente poderá indeferir o pedido de suspensão temporária ou determinar o bloqueio cautelar da reativação quando os elementos apresentados forem insuficientes para comprovação do fato alegado ou quando constatada incompatibilidade com os registros do sistema de informação ou com a legislação ambiental aplicável.
Art. 15 – A Guia de Transporte de Carvão – GTC poderá ser suspensa definitivamente pelo órgão ambiental competente, para fins exclusivos de inutilização administrativa do documento, quando:
I – constatada a existência de erro material em seu preenchimento que, em razão do decurso do prazo previsto para edição ou cancelamento no sistema de informação, torne a GTC inválida para acobertar a operação originalmente pretendida;
II – for administrativamente indeferido o pedido de suspensão temporária ou de reativação previsto no art. 14;
III – houver comprovação de que a carga foi inutilizada por perder suas características ou condições de uso/consumo, em razão de deterioração, perecimento, sinistro ou outro evento que inviabilize sua destinação original;
IV – o transporte estiver vinculado à lavratura de auto de infração ambiental, sem prejuízo das demais medidas administrativas previstas, em decorrência do descumprimento da legislação ambiental vigente;
V – houver inobservância do procedimento de remanejamento previsto no art. 29 desta Portaria.
§ 1º – Considera-se erro material, para os fins deste artigo, a inconsistência involuntária relativa às informações obrigatórias da GTC, capaz de comprometer a identificação da carga, da origem, do destinatário, do transportador, da nota fiscal vinculada, do volume transportado ou da modalidade da operação, sem indícios de fraude, dolo ou simulação.
§ 2º – A suspensão definitiva prevista no inciso I do caput dependerá de requerimento formal do empreendedor ou de seu representante legal, protocolado no sistema de informação disponibilizado pelo órgão ambiental competente, instruído com:
I – justificativa detalhada acerca do erro constatado;
II – cópia dos documentos fiscais vinculados à operação;
III – documentos comprobatórios pertinentes ao fato alegado; e
IV – declaração de responsabilidade, firmada pelo requerente, atestando a ocorrência do erro material e a ciência quanto aos efeitos previstos nesta Portaria.
§ 3º – O órgão ambiental competente analisará o requerimento e poderá:
I – deferir a inutilização administrativa da GTC;
II – indeferir o pedido, mediante decisão fundamentada; ou
III – determinar a apresentação de informações ou documentos complementares.
§ 4º – O deferimento do pedido implicará:
I – a invalidação definitiva da GTC para quaisquer fins de transporte, armazenamento ou comprovação de regularidade da operação;
II – a vedação de reativação, reutilização, alteração ou substituição da GTC inutilizada;
III – a manutenção do bloqueio do saldo volumétrico vinculado à operação; e
IV – o registro, no sistema de informação, da motivação, da data da decisão e da identificação do requerente e do servidor responsável pela análise.
§ 5º – A suspensão definitiva prevista neste artigo não produz presunção de não realização do transporte nem implica reconhecimento automático da permanência do produto em estoque.
§ 6º – A reincidência injustificada de requerimentos de inutilização administrativa por meio de suspensão definitiva poderá ensejar a adoção de medidas de fiscalização específicas, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
CAPÍTULO V
DO CARVÃO VEGETAL EMPACOTADO
Art. 16 – Para os fins desta Portaria, considera-se carvão vegetal empacotado o produto que tenha sido submetido a processo de acondicionamento industrial ou comercial em embalagem individual destinada à comercialização direta ao consumidor final, contendo identificação do empacotador, peso líquido e demais informações exigidas pela legislação aplicável.
§ 1º – O carvão vegetal empacotado caracteriza-se pela agregação de valor decorrente da atividade de empacotamento e pela destinação da embalagem à comercialização varejista do produto.
§ 2º – A caracterização do carvão vegetal empacotado pressupõe, cumulativamente, o acondicionamento em embalagem fechada e lacrada na unidade de empacotamento, de modo que sua abertura ou violação seja visualmente identificável, não se enquadrando nessa condição o produto acondicionado em sacaria, ráfia ou embalagem similar meramente fechada, costurada ou amarrada, ainda que rotulada.
§ 3º – Não se considera carvão vegetal empacotado o produto acondicionado em sacos, big bags, contêineres, caçambas, veículos de transporte ou quaisquer outras formas de acondicionamento utilizadas exclusivamente para armazenamento, movimentação logística ou transporte do carvão vegetal a granel.
§ 4º – O simples acondicionamento do carvão vegetal em sacaria, independentemente do peso ou volume, não altera sua classificação nem o equipara ao carvão vegetal empacotado quando ausente o lacre de inviolabilidade previsto no § 2º ou inexistente finalidade de comercialização direta ao consumidor final.
§ 5º – A caracterização do carvão vegetal como empacotado dependerá da comprovação da atividade de empacotamento realizada por pessoa física ou jurídica regularmente cadastrada junto ao órgão ambiental competente.
Art. 17 – Para fins de controle da comercialização, do transporte e do armazenamento do carvão vegetal empacotado no Estado de Minas Gerais, serão utilizadas as seguintes modalidades específicas de GTC, a serem emitidas no sistema de informação disponibilizado pelo IEF no Portal Ecosistemas:
I – GTC Pacotes, quando o destinatário for consumidor final ou estabelecimento cuja atividade não esteja sujeita ao controle e rastreabilidade no sistema de informação do órgão ambiental competente;
II – GTC Pacotes Interestadual, quando o carvão vegetal empacotado for destinado a outra Unidade da Federação;
III – GTC Pacotes Internacional, quando o carvão vegetal empacotado for destinado a outro país.
§ 1º – A obrigatoriedade de que trata o caput aplica-se exclusivamente às operações realizadas entre a origem/empacotador e o estabelecimento comercial revendedor do carvão vegetal empacotado, bem como ao consumidor final que o adquira diretamente do empacotador.
§ 2º – Fica dispensada a emissão de nova GTC Pacotes pelo estabelecimento revendedor que tenha adquirido o carvão vegetal empacotado acobertado por GTC regularmente emitida pelo empacotador.
§ 3º – A GTC Pacotes conterá as informações relativas à procedência do carvão vegetal empacotado e será gerada por meio do sistema de informação disponibilizado pelo IEF no Portal Ecosistemas, observando-se os requisitos gerais aplicáveis à GTC.
Art. 18 – A GTC emitida pelo empacotador, para venda ao comércio, será emitida com base em seu estoque devidamente acobertado ou adquirido por meio de documento de controle ambiental.
Parágrafo único – Os empacotadores que adquirirem carvão vegetal dispensado de controle ambiental oriundo de outra Unidade da Federação deverão apresentar ofício, nota fiscal de aquisição e/ou outro documento oficial do Estado de Origem para que haja o ajuste administrativo pelo órgão ambiental no sistema de informação para criação de estoque.
Art. 19 – As embalagens para comercialização do carvão vegetal empacotado deverão conter as seguintes informações do empacotador:
I – nome ou razão social;
II – endereço do local de empacotamento, conforme registro no órgão ambiental competente;
III – CPF ou CNPJ;
IV – número de registro no órgão ambiental competente;
V – peso do conteúdo;
VI – essência do carvão.

Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade, sob o número 320261105950034059.